

O QUILOMBISMO: UMA ALTERNATIVA POLÍTICA AFRO-BRASILEIRA*

Abdias do Nascimento

Memória: a antiguidade do saber negro-africano

É urgente a necessidade do negro brasileiro recuperar sua memória, sistematicamente agredida pela estrutura de dominação ocidental-européia há quase 500 anos. Um processo análogo se registra com a história dos africanos no continente e de seus descendentes espalhados pelas Américas.

A memória dos afros-brasileiros, ao contrário do que afirmam certos historiadores convencionais de visão curta e superficial entendimento, não se inicia com o tráfico negreiro e nem nos primórdios da escravização dos africanos no século XV. Em nosso país, a elite dominante sempre desenvolveu esforços para evitar ou impedir que o negro brasileiro, após a chamada abolição da escravatura (1888), pudesse se identificar e ativamente assumir suas raízes étnicas, históricas e culturais, com esta operação tentando seccioná-lo do seu tronco familiar africano. A não ser em função de recente interesse do expansionismo industrial manipulado pela elite econômica, o Brasil, como norma tradicional, ignorou o continente africano. Voltou suas costas à África logo que não conseguiu mais burlar a proibição do comércio de carne africana imposta pela Inglaterra, por volta de 1850. A imigração massiva de europeus, subsidiada pelos cofres públicos, ocorrida daquela data em diante, fundamentou-se não só na intenção das classes dominantes em tornar a população do país cada vez mais branca, como também no propósito de erradicar da mente e do afeto dos descendentes escravos a imagem da África como lembrança positiva de nação, de pátria, de terra nativa. Por isso, no sistema educativo brasileiro nunca houve qualquer disciplina ensinando apreço, interesse ou respeito às culturas, artes, línguas, religiões, sistemas políticos, econômicos ou sociais de origem africana. E o próprio contato direto do afro-brasileiro com seus irmãos no continente e na diáspora, foi continuamente impedido ou dificultado, entre outros obstáculos, pela negação de meios econômicos que lhe permitissem viajar para fora do país. Entretanto, nenhum empecilho teve o poder de obliterar completamente de nosso espírito e da nossa lembrança a presença viva da mãe África.

As estratégias e os expedientes utilizados contra a memória do negro-africano ultimamente vêm sofrendo profunda erosão e irreparável descrédito. Este fato se deve à dedicação e competência de alguns africanos preocupados com a destituição que a nação negro-africana tem sofrido de parte da civilização capitalista euro-norte-americana. Esse grupo de africanos, a um tempo estudiosos, cientistas, filósofos, e criadores de arte e literatura, engloba personalidades do continente e da diáspora africana. Quero mencionar alguns desses nomes: Cheikh Anta Diop, do Senegal; Chancellor Williams, Molefi K. Asante, Shawna Maglangbayan Moore, Haḷḷ Madhubuti, e Maulana Ron Karenga, dos Estados Unidos; George M. James, da Guiana; Yosef Ben-Jochannan, da Etiópia; Theophile Obenga, do Congo-Brazzaville; Wo-

* Este texto foi apresentado ao 2.º Congresso de Cultura Negra das Américas (Panamá, 1980). Seu autor é diretor e fundador do IPEAFRO e deputado federal.

le Soyinka, Ola Balogun e Wande Abimbola, da Nigéria. — Todos estão produzindo obras fundamentais para a África contemporânea e futura. Atuando em campos diferentes e sob perspectivas diversas, o esforço desses eminentes irmãos africanos se funde e canaliza rumo à exorcização das falsidades, distorções e negações que há tanto tempo se vêm tecendo em torno da África com intuito de velar e/ou apagar a memória do saber, do conhecimento científico e filosófico, enfim, das realizações dos povos de origem negro-africana. A memória do negro brasileiro é parte e partícipe nesse gigantesco esforço de reconstrução de um passado ao qual todos os afro-brasileiros estão ligados. Ter um passado é ter uma conseqüente responsabilidade nos destinos e no futuro da nação negro-africana, mesmo enquanto preservando a nossa condição de edificadores deste país e de cidadãos genuínos do Brasil.

Considero oportuno fazer algumas observações, ainda que breves, a certos trechos da obra fundamental de Cheikh Anta Diop, principalmente a seu livro, *A origem africana da civilização*, originalmente publicado em francês em 1974. Seja dito de início que o volume apresenta uma confrontação radical e um desafio irresponsável ao mundo acadêmico ocidental e à sua arrogância intelectual, desonestidade científica e carência ética no tratamento dispensado aos povos, civilizações e culturas da África. Diop é químico, diretor do laboratório de radiocarbono do IFAN (Instituto Fundamental da África Negra), em Dacar, além de egiptólogo, historiador, linguísta e antropólogo. Utilizando-se dos recursos científicos ocidentais, este sábio está resgatando a significação e os valores das antigas civilizações erigidas pelos negro-africanos, há longo tempo obnubiladas pelas manipulações, falsidades, distorções e roubos dos chamados cientistas ocidentais. São os bens de cultura criados pelos nossos antepassados no Egito antigo. Esses egípcios eram negros, e não um povo de origem branca ou vermelho-escuro conforme estudiosos europeus do século XIX proclamavam com ênfase tão mentirosa quanto interessada. Eis como a esse respeito se manifesta Diop:

Os egípcios antigos foram negros. O fruto moral da sua civilização está para ser contado entre os bens do mundo negro. Ao invés de se apresentar à história como um devedor insolvente, este mundo negro é o próprio iniciador da civilização "ocidental" ostentada hoje diante dos nossos olhos. Matemática pitagórica, a teoria dos quatro elementos de Thales de Mileto, materialismo epicureano, idealismo platônico, judaísmo, islamismo, e a ciência moderna, estão enraizados na cosmogonia e na ciência egípcias. Só temos que meditar sobre Osiris, o deus-redentor, que se sacrifica, morre, e é ressuscitado, uma figura essencialmente identificável a Cristo. (1974: XIV)

As afirmações de Diop se baseiam em rigorosa pesquisa, derruindo as estruturas supostamente definitivas do conhecimento "universal" a respeito da antiguidade egípcia e grega. Gostem ou não gostem, os ocidentais tem de trazer verdades como esta:

... quatro séculos antes da publicação de "A mentalidade primitiva" de Levy-Bruhl, a África negra muçulmana comentava so-

bre a lógica formal de Aristóteles (a qual ele plagiou do Egito negro) e era especialista em dialética. (1965: 212)

E não esqueçamos, isso acontecia quase 500 anos do nascimento de Hegel ou Marx...

Diop resolve toda a mistificação que transformou um Egito fundamentalmente negro em país branco, por artes da magia europeia dos egiptólogos ocidentais. Ele demonstra que, após a campanha militar de Bonaparte no Egito, em 1799, e a decifração dos hieróglifos da Pedra Rosetta por Champollion, o jovem, em 1822, os egiptólogos se desarticularam atônitos diante da grandiosidade das descobertas reveladas.

Eles geralmente a reconheceram como a mais antiga civilização, a que tinha engendrado todas as outras. Mas o imperialismo sendo o que é, se tornou crescentemente "inadmissível" continuar aceitando a teoria evidente até então: de um Egito negro. O nascimento da Egiptologia foi assim marcado pela necessidade de destruir a memória de um Egito negro, a qualquer custo, em todas as mentes. Daí em diante, o denominador comum de todas as teses dos egiptólogos, sua relação íntima e profunda afinidade, pode ser caracterizado como uma tentativa desesperada de retutar essa opinião (de um Egito negro). Quase todos os egiptólogos enfatizaram sua falsidade como uma questão fechada. (1974: 45)

A pretensiosidade eurocentrista nesse episódio se expõe de corpo inteiro: os egiptólogos prosseguiram obstinadamente o vão esforço de provar "cientificamente" uma origem branca para a antiga civilização do Egito negro. Por mais precária que fosse a base dessas teorias nos fatos históricos, elas eram aceitas pelo mundo "civilizado" como uma pedra fundamental do supremacismo branco.

Quanto a Diop, compassivo e humano diante do feroz dogmatismo desses egiptólogos ocidentais, demonstrou paciência e gentileza explicando-lhes que ele, Diop, não alegava nenhuma superioridade racial ou qualquer gênio especificamente negro naquela constatação científica de que a civilização do Egito antigo fora erigida e governada por um povo negro. O sucesso devia-se a fatores históricos, explicou-lhes Diop, devia-se a condições mesológicas (clima, recursos naturais, etc.) somados a outros elementos não racionais. Mesmo tendo-se expandido por toda a África negra, do centro e do oeste do continente, a civilização egípcia, ao embate de outras influências e diversa situação histórica, entrou num processo de desintegração francamente retrocessivo. O importante é sabermos alguns daqueles fatores que contribuíram para a edificação da civilização egípcia, entre os quais Diop enumera estes: resultado de acidente geográfico que condicionou o desenvolvimento político-social dos povos que viviam às margens do vale do Nilo; as inundações que forçavam providências coletivas de defesa e sobrevivência, situação que favorecia a unidade e excluía o egoísmo individual ou pessoal. Nesse contexto, surgiu a necessidade de uma autoridade central coordenadora da vida e das atividades em comum. A invenção da geometria nasceu da necessidade da divisão

geográfica, e todos os demais avanços foram obtidos no esforço de atender uma carência requerida pela edificação de uma sociedade viável.

Há um pormenor que interessa particularmente à memória do negro brasileiro: aquele onde Diop menciona as relações do antigo Egito com a África negra, especificamente com o povo Yoruba. Parece que tais relações foram tão íntimas a ponto de se poder "considerar como um fato histórico a posse conjunta do mesmo *habitat* primitivos pelos yorubas e egípcios." Diop levanta a hipótese de que a latinização de *Horus*, filho de Osíris e Ísis, tenha resultado no apelativo *otixá*. Seguindo essa pista de estudo comparativo em linguística e outras disciplinas, J. Olumide Lucas (1978: 18) traça os laços egípcios do seu povo yoruba, concluindo que tudo leva à verificação do seguinte: a) uma similaridade ou identidade de linguagem; b) uma similaridade ou identidade de crenças religiosas; c) uma similaridade ou identidade de idéias e práticas religiosas; d) uma sobrevivência de costumes, lugares, nomes de pessoas, objetos, etc.

Meu objetivo aqui é o de apenas chamar a atenção para esta significativa dimensão da antiguidade de memória afro-brasileira. Será tarefa para os pesquisadores africanos e afro-brasileiros do futuro complementar os detalhes desse ponto fundamental de nossa história.

Memória: A Afro-América pré-Colombiana

Entretanto, não é só no Egito antigo ou na África ocidental que encontramos os antecedentes históricos do afro-brasileiro. Existe outra dimensão de nossa memória na presença de africanos em várias partes das Américas muito antes da chegada de Colombo. E não se deve considerar esse um fenômeno passageiro e superficial; trata-se de uma presença profunda que deixou raízes e marcas indelévels no rosto de várias culturas pré-colombianas. Diversos historiadores e pesquisadores têm se referido a esse fenômeno. Entre outros, citamos para ilustrar o historiador mexicano Orozco y Berra, que em 1862 já mencionava a relação íntima, no mundo antigo, que os mexicanos cultivavam com os africanos, visitantes e imigrantes. (1880: 109).

Atualmente, a contribuição mais importante nesse sentido é a de Ivan Van Sertima, cujo livro *They Came Before Columbus* (1976) registra a definitiva contribuição africana às culturas pré-colombianas nas Américas, principalmente no México. Outros autores, tais como Leo Weiner (1922), Nicolas Leon, J. A. Jairazbhoy (1974), Lopes de Gomara (1554), Alexander Von Wuthenau (1975), Dr. Andrzej Wiercinski (em Sertima 1976), cada qual em sua especialidade e época respectivas, têm contribuído para a recomposição da presença dos africanos nas Américas antes de Colombo. Em seu livro *Pan-Africanismo na América do Sul: emergência de uma rebelião negra* (1981), Elisa Larkin Nascimento também assinala o desenvolvimento dessas investigações. Ela sugere a relação entre as esculturas de San Agustín e Tiaradentro, na Colômbia, assim como outros símbolos, traços, técnicas artísticas e funerárias, caracteres somáticos africanos em obras plásticas de cerca de 600 anos antes de Cristo, com sua contraparte egípcia e africana-ocidental. Tais comparações podem ser observadas e respeito da cultura taína, da Colômbia, e das civilizações inca, do Peru, Bolívia e Equador, e tolteca, olmeca, azteca, e maya do México.

Além do extraordinário processo de retratar faces e figuras em cerâmicas e esculturas, essas civilizações compartilham também técnicas de mumificação, tradições funerárias, engenharia e construção de pirâmides, temas místicos e artísticos, símbolos como exemplifica a serpente emplumada, identidades lingüísticas incontáveis. Todos esses elementos compõem um eloquente e visível testemunho do ativo intercâmbio que existiu entre a América e as civilizações africanas da época. Mas conforme nos adverte Elisa Nascimento, assinalar a presença pré-colombiana dos africanos nas Américas de nenhuma forma subestima as enormes capacidades de desenho e engenharia dos povos originais americanos, que foram os autores e construtores das formidáveis cidades pré-colombianas.

(1981: 139)

Esse intercâmbio afro-americano estabeleceu uma relação ampla e legítima entre povos africanos e povos indígenas americanos que pré-data com uma anterioridade de vários séculos o tráfico negreiro estabelecido pelos europeus. A base histórica para a solidariedade entre os povos originais de ambos os continentes foi muito mais profunda e autêntica do que tem sido geralmente reconhecido. Assim sendo, se o quilombismo busca no presente o futuro, e atua por um mundo melhor para os africanos nas Américas, ele reconhece e proclama que sua luta não pode se separar da libertação dos povos indígenas destas terras, que foram e são igualmente vítimas do racismo e da destruição desumana introduzida pelos europeus.

Consciência negra e sentimento quilombista

Numa perspectiva mais restrita, a memória do negro brasileiro atinge uma etapa histórica decisiva no período escravocrata iniciado de forma sistemática por volta de 1500, logo após a chamada "descoberta" do território e o início da colonização do país. Excetuando os índios, progressivamente exterminados, o africano escravizado foi o primeiro e o único trabalhador, durante três séculos em meio, a erguer as estruturas econômicas deste gigante chamado Brasil. Creio ser dispensável evocar neste instante o chão regado pelo suor do africano, os canaviais, os algodoais, a mineração de ouro, diamante e prata, os cafezais, e todos os demais elementos formadores da economia nacional, nutridos do sangue martirizado do escravo. Longe de ser um arrivista ou um corpo estranho, o negro é o próprio corpo e alma deste País. A despeito dessa realidade histórica, entretanto, os africanos e seus descendentes nunca foram e não são tratados como iguais pelos segmentos minoritários brancos que complementam o quadro demográfico nacional e que tem mantido a exclusividade do poder, do bem estar e da renda nacional.

Porções significativas da população brasileira de origem européia começaram a chegar ao Brasil nos fins do século passado como imigrantes pobres e necessitados. Imediatamente passaram a desfrutar de privilégios que a sociedade dominante, essencialmente racista, lhes concedeu como parceiros de raça e do supremacismo eurocentrista. Tais imigrantes não demonstraram nem escrúpulo nem dificuldades em assumir os preconceitos raciais vigentes aqui e na Europa contra o negro africano, se beneficiando deles e preenchendo as vagas no mercado de trabalho que se negava aos ex-escravos e seus descen-

dentos. Estes foram literalmente expulsos do sistema de trabalho "livre" e da estrutura de produção à medida em que se aproximava a data "aboliconista" de 13 de maio de 1888.

Levando-se em conta a condição atual do negro, à margem do sistema empregatício ou degradado no semi-emprego e no subemprego; tendo-se em vista a segregação residencial urbana que lhe é imposta pelo duplo motivo de raça e pobreza, destinando-lhe como áreas de moradias os guetos de várias denominações: favelas, mocambos, porções, alagados, invasões, vilas e/ou conjuntos populares ou "residenciais"; considerando-se a permanente brutalidade policial e as prisões arbitrárias motivadas pelo fato de ser negro, compreende-se por que todo afro-brasileiro consciente não tem a menor esperança de que uma mudança progressista possa ocorrer *espontaneamente* em benefício da comunidade afro-brasileira. De modo geral, ao redor de 95% da população favelada do país é de origem africana. Detalhe que caracteriza uma irrefutável segregação racial de fato. Isto no que concerne à população negra urbana. No entanto, cumpre ressaltar que é nas zonas rurais que a maioria dos descendentes escravos ainda vegeta uma existência parasitária e trágica no seu total desamparo. Pode-se dizer que quem vivem uma vida de seres humanos.

Este é o esboço imperfeito de uma situação mais grave, a qual tem sido realidade em todo o decorrer de nossa história. Desta realidade é que nasce a necessidade urgente de assegurar a própria existência do negro como ser humano. Os quilombos resultaram dessa exigência vital dos africanos escravizados, de resgatar sua liberdade e dignidade fugindo ao cativo e organizando sociedades livres no território brasileiro. A multiplicação dos quilombos no espaço e no tempo fez deles um autêntico movimento sócio-político e econômico amplo e permanente. Aparentemente acidental e esporádico no começo, rapidamente transformou-se de improvisação de emergência em metódica e constante vivência das massas africanas que se recusavam à submissão, à exploração, à humilhação e à violência do sistema escravista. O quilombismo estruturava-se em formas associativas que tanto podiam estar localizadas no seio de florestas de difícil acesso, o que facilitava sua defesa e organização econômico-social própria, como também assumia modelos de organização permitidos ou tolerados pela classe dominante, freqüentemente com ostensivas finalidades religiosas (católicas), recreativas, beneficentes, esportivas, culturais ou de auxílio-mútuo. Não importam as aparências e os objetivos declarados: fundamentalmente todas elas preencheram uma importante função social para a comunidade negra, desempenhando um papel relevante na sustentação da continuidade africana. Genuínos focos de resistência física e cultural. Objetivamente, essa rede de associações, irmandades, confrarias, clubes, grêmios, terreiros, centros, tendas, afochês, escolas de samba, gafieiras, foram e são os quilombos "legalizados" pela sociedade dominante. Do outro lado da lei se ergueram e se erguem os quilombos radicalmente confrontadores e desafiadores da opressão sistemática praticadas pelas elites no poder. Mas os quilombos "legalizados" e os fora-da-lei formam uma unidade, uma única afirmação humana, étnica, cultural a um tempo integrando uma prática de libertação e assumindo o comando da própria história. A este complexo de situações e significações, a esta *praxis* afro-brasileira de resistência à opressão e de auto-afirmação política, eu denomino de quilombismo.

Importante é destacar que esta tradição de luta quilombista existiu e existe através de todas as Américas. Desde as primeiras décadas de 1500, africanos livres recusaram-se a se submeter aos horrores da escravidão européia, e formaram compactas comunidades que desataram contínuas e vitoriosas lutas armadas contra os colonizadores, isto durante séculos. No México, por exemplo, essas sociedades africanas livres se chamaram *cimattones*; em Cuba e Colômbia seu nome foi *palenque*; na Venezuela denominavam-se *cumbe*; na Jamaica e Estados Unidos, sociedades *maroons* (Moura 1977; Price 1973). Pesquisando a história dessas comunidades africanas livres nas Américas, bem como suas bases cultural, econômica, política e social, os afro-americanos de todo o hemisfério consolidarão sua herança de solidariedade e luta comum. O quilombismo e seus vários equivalentes em todas as Américas — cimarronismo, palenquismo, cumbismo, maroonismo — significam hoje uma alternativa internacional para a organização política popular das massas negras.

A constatação fácil do enorme número de organizações afro-brasileiras que se intitularam no passado e se intitulam no presente de Quilombo e/ou Palmares, testemunha quanto o exemplo quilombista significa como valor dinâmico na estratégia e na tática de sobrevivência e progresso das coletividades de origem africana. Com efeito, o quilombismo tem-se revelado um fato e capaz de mobilizar disciplinadamente as massas negras devido ao seu profundo apelo psicossocial cujas raízes estão entranhadas na história, na cultura, no sangue e na vivência dos afro-brasileiros. O Movimento Negro Unificado Contra o Racismo e a Discriminação Racial assim registra seu conceito quilombola ao definir o *Dia da Consciência Negra*, em manifesto público de 1978:

Nós, negros brasileiros, orgulhosos por descendermos de Zumbi, líder da República Negra dos Palmares, que existiu no Estado de Alagoas, de 1595 a 1695, desafiando o domínio português e até holandês, nos reunimos hoje, após 283 anos, para declarar a todo o povo brasileiro nossa verdadeira e efetiva data: 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra! Dia da morte do grande líder negro nacional, Zumbi, responsável pela primeira e única tentativa brasileira de estabelecer uma sociedade democrática, ou seja, livre, e em que todos — negros, índios e brancos — realizaram um grande avanço político, econômico e social. Tentativa esta que sempre esteve presente em todos os quilombos.

A continuidade dessa consciência de luta político-social estende-se por todos os estados onde existe significativa população de origem africana. O modelo quilombista vem atuando como idéia-força, energia que inspira estruturas de organização desde o século XV. Nessa dinâmica repleta de heroísmo, o quilombismo se mantém em constante reatualização, atendendo às exigências do tempo histórico e às situações do meio geográfico. A essas circunstâncias se devem as diferenças nas formas superficiais das organizações quilombistas. No essencial todos os quilombos se igualaram. Foram, e são, nas palavras da historiadora Beatriz Nascimento, "um local onde a liberdade era praticada, onde os laços étnicos e ancestrais eram revigorados". Esta mulher negra estudiosa do nosso passado afirma ter o quilombo exercido "um papel fundamental na consciência histórica dos negros" (1979: 17).

Percebe-se o ideal quilombista difuso, porém consistente e perseverante, permeando todos os níveis da vida negra, infiltrando-se até os mais íntimos refulhos da personalidade afro-brasileira. Um ideal forte e denso que normalmente permanece reprimido pelas estruturas dominantes; outras vezes ele é sublimado através dos vários mecanismos de defesa fornecidos pelo inconsciente individual ou coletivo. Mas também acontece que o negro se apropria às vezes dos mecanismos que a sociedade dominante maliciosamente lhe concedeu com o propósito oculto de assim melhor controlá-lo. Nessa reversão do alvo, o negro utiliza habilmente desses propósitos não confessados de domesticação, transformando-os numa espécie de bumerangue étnico. Nesse tipo de estratégia Candeia, o compositor de sambas e negro inteligente dedicado à redenção do seu povo, nos deixou um exemplo ilustre. Ele organizou a Escola de Samba Quilombo, nos subúrbios do Rio de Janeiro, obedecendo um profundo senso do valor político-social do samba. Este importante membro da família quilombista faleceu recentemente, mas, até o instante derradeiro, manteve uma lúcida visão dos objetivos da Escola que fundou e presidiu, no rumo dos interesses mais legítimos do povo afro-brasileiro. No livro que ele e Isnard escreveram, há trechos como este:

Quilombo — Grêmio Recreativo Arte Negra (...) nasceu da necessidade de se preservar toda a influência do afro na cultura brasileira. Pretendemos chamar a atenção do povo brasileiro para as raízes da arte negra brasileira. (...) A posição do "Quilombo" é principalmente contrária à importação de produtos culturais prontos e acabados produzidos no exterior. (1978: 87 e 88)

Neste último trecho, os autores tocam num ponto básico do quilombismo: o caráter nacionalista do movimento. Nacionalismo aqui não deve ser confundido com xenofobismo. Sendo o quilombismo uma luta anti-imperialista, ele se articula ao pan-africanismo e sustenta uma radical solidariedade com todos os povos em luta contra a exploração, a opressão, o racismo, e as desigualdades motivadas por razões de raça, cor, religião, sexo ou ideologia. O nacionalismo negro é universalista e internacionalista, conseqüentemente ele vê a luta de libertação de todos os povos, respeitando suas respectivas culturas nacionais e integridade política, como um imperativo da libertação mundial. Uniformidade sem rosto em nome da "unidade" ou da "solidariedade", condicionada ao ditado de qualquer modelo político-social do ocidente, não está na linha de interesse das lutas de libertação dos povos oprimidos. O quilombismo, como uma filosofia nacionalista, nos ensina que a luta de qualquer e todos os povos deve se enraizar na sua própria identidade cultural e experiência histórica.

Num folheto intitulado *90 anos de abolição*, publicado pela Escola de Samba Quilombo, Candeia registra que "Foi através do Quilombo, e não do movimento abolicionista, que se desenvolveu a luta dos negros contra a escravatura." (1978: 7). A luta contra os escravocratas ainda não terminou e o movimento quilombista está longe de haver esgotado seu papel histórico. O sentido do quilombismo está tão vivo hoje quanto no passado, pois a si-

tuação de penúria e destituição das camadas negras continua inalterável, ou com mínimas alterações de superfície. Mais uma transcrição de Candeia:

Os quilombos eram violentamente reprimidos, não só pela força do governo, mas também por indivíduos interessados no lucro que teriam devolvendo os fugitivos a seus donos. Esses especialistas em caçar escravos fugidos ganharam o nome de triste memória: capitães de mato. (1978: 5)

A citação do capitão de mato é pertinente e oportuna: via de regra foram eles mulatos, isto é, negros de pele clara, assimilados pela classe dominante. Ainda podemos encontrar centenas, milhares, desses negros que vivem uma existência ambígua. Não pelo fato de possuírem o sangue do branco opressor, mas porque internalizando como positiva a ideologia do embranquecimento (o branco é o superior e o negro o inferior) se distanciam das realidades do seu povo e se prestam ao papel de auxiliares das forças repressivas do supremacismo branco. E tanto ontem quanto hoje, os serviços que se prestam à repressão se traduzem em lucro social e lucro pecuniário. Em nossos dias não devemos permitir que nos dividam em categorias pigmentocráticas adversas de negros, mulatos, morenos, trigueiros, crioulos, etc., divisão concebida para enfraquecer nossa identidade fundamental de afro-brasileiros, isto é, de negros-africanos na diáspora.

Neste Brasil tão vasto, existem inúmeras comunidades negras vivendo isoladas, que denominamos de quilombos contemporâneos. Desligadas do fluxo da vida do país, muitas delas mantêm estilos e hábitos de existência africana, ou quase. Em alguns casos, ainda se utilizando idioma original trazido da África, estropiado, porém assim mesmo um linguagem africana mantida e conservada na espécie de quilombismo em que vivem. Ocasionalmente, essas comunidades ganham notícias externas na grande imprensa, como aconteceu à comunidade do Cafundó, situada nas imediações do Salto de Pirapora, no estado de São Paulo. Os membros da comunidade herdaram uma fazenda de grande extensão deixada pelo antigo senhor. Nas últimas décadas as terras do Cafundó começaram a ser invadidas por latifundiários das vizinhanças. Obviamente brancos, esses latifundiários de mentalidade escravocrata não podem aceitar que um grupo de descendentes africanos possua uma propriedade imobiliária, e estão determinados a destruir Cafundó, avançando criminosamente em suas terras.

O caso de Cafundó é ilustrativo da situação genérica dessas comunidades, constantemente ameaçadas pela violência dos poderosos que cobiçam suas terras. O Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO) está engajado numa pesquisa investigando esse realidade. Na qualidade de diretor do IPEAFRO e professor responsável pela execução da pesquisa, tive oportunidade de visitar várias dessas comunidade negras, e de constatar a existência de muitas outras espalhadas pelo país afora. Citando apenas alguns exemplos, evocamos nossas visitas a Jacaraí dos Pretos, Cajueiros e Bom Jesus, no Maranhão; o quilombo do Marmelo em Goiás; Droga e São Mateus no Espírito Santo; Campinho, município de Paraty, Rio de Janeiro. A medida em que desenvolvíamos a pesquisa, foram surgindo notícias de outros quilombos, em quase todos os estados e territórios do Brasil. O número enorme

de exemplos aumentou tanto o universo de pesquisa que o IPEAFRO se encontrou sem os meios adequados para cobri-lo suficientemente. Entretanto, a revista *Afrodíaspóra*, editada pelo Instituto, irá dedicar um número aos resultados desse começo de pesquisa.

Registre-se que, depois que o IPEAFRO iniciou sua pesquisa em 1981, tomamos conhecimento de outras pesquisas documentando a mesma realidade. Entre os exemplos estão os trabalhos incentivados pelo Departamento de Ciências Sociais da USP, através do Professor João Baptista Borges Pereira, publicados nos livros *Negros de Cedro*, de Mari de Nasaré Baiocchi (Atica, 1983) e *Caipiras Negros no Vale do Ribeira*, de Renato S. Queiroz (USP, 1983).

O avanço de latifundiários e de especuladores de imóveis nas terras da gente negra está pedindo uma investigação mais ampla e profunda. É fenômeno freqüente tanto nas zonas rurais quanto nas zonas urbanas. Vale a pena transcrever a esse respeito trechos de uma nota estampada em *Veja*, seção "Cidades", 10 de dezembro de 1975, página 52:

Desde sua remota aparição em Salvador, há dois séculos, os terreiros do Camdomblé foram sempre fustigados por severas restrições policiais. E, pelo menos nos últimos vinte anos, o cerco movido pela polícia foi sensivelmente fortalecido por um poderoso aliado: a expansão imobiliária, que se estendeu às áreas distantes do centro da cidade onde ressoavam os atabaques. Mais ainda, em nenhum momento a Prefeitura esboçou barricadas legais para proteger esse redutos da cultura afro-brasileira — embora a capital baiana arrecadasse gordas divisas com a exploração do turismo fomentado pela magia dos orixás... (...) E nunca se soube da aplicação de sanções para os inescrupulosos proprietários de terrenos vizinhos às casas de culto, que se apossam impunemente de áreas dos terreiros. Foi assim que, em poucos anos, a Sociedade Beneficente São Jorge do Engenho Velho, ou terreiro da Casa Branca, acabou perdendo metade de sua antiga área de 7.500 metros quadrados. Mais infeliz ainda, a Sociedade São Bartolomeu do Engenho Velho da Federação, ou Camdomblé de Bogum, assiste imponente à veloz redução do terreno sagrado onde se ergue a mítica "árvore de Azaudonor" — trazida da África há 150 anos e periodicamente agredida por um vizinho que insiste em podar seus galhos mais frondosos.

Com todo fundamento nesses antecedentes, o cineasta Rubem Confete denunciou numa mesa redonda patrocinada pelo *Pasquim* (14-9-1979, p.4):

Quanto foi roubado dos negros! Conheço cinco famílias que perderam todas suas terras para o Governo e para a Igreja Católica. Jurandir Santos Melo era proprietário das terras desde o atual aeroporto de Salvador até a cidade. Hoje é um simples motorista, vivendo de pequenos cachês. A família de Ofélia Pittman possuía toda a parte que hoje é o Mackenzie. A coisa foi mais séria do que se pensa, porque houve época em que o negro tinha representatividade e uma força econômica.

Temos aqui uma pequena amostra do cerco de destituições levantado pela sociedade dominante em torno do descendente africano. A destituição das terras do negro, seguem-se o desemprego, a fome, o genocídio. Não escapam à destruição implacável nem mesmo as instituições religiosas seculares, as quais de uma hora para outra vêm seu espaço sagrado invadido e usurpado por representantes das elites dominantes.

Quilombismo: um conceito científico histórico-social

Conscientes da extensão e profundidade dos problemas que têm de enfrentar diariamente, os negros sabem que a sua oposição ao que aí está vigente não se esgota com pequenas reivindicações de caráter empregatício ou de direitos civis, no âmbito da dominante sociedade capitalista-burguesa e sua classe média organizada. Terão de derrotar todas as componentes do sistema social existente, inclusive a sua *intelligentsia* responsável pela cobertura ideológica da opressão do afro-brasileiro através da teorização, seja de sua inferioridade bio-social, da miscigenação sutilmente compulsória, ou do mito da "democracia racial". Essa "intelligentsia", aliada a mentores europeus e norte-americanos, fabricou uma "ciência" histórica ou humana que ajudou a massacrar e explorar os africanos e seus descendentes, justificando esse crime através de sua desumanização. Prova-se dessa forma que a ciência europeia e/ou euro-brasileira não é apropriada para o povo negro. Uma história que não serve às necessidades históricas do povo ao qual se refere nega-se a si mesma.

Como poderiam as chamadas ciências humanas (etnologia, economia, história, antropologia, sociologia, psicologia, etc.) nascidas, cultivadas e definidas por e para povos e contextos sócio-econômicos diferentes, prestar útil colaboração ao povo negro-africano, em sua realização existencial, em seus problemas, aspirações e projetos? Seria a ciência social elaborada na Europa ou nos Estados Unidos tão universal em sua aplicação? A raça negra conhece na própria carne a falaciosidade do "universalismo" e da "isenção" dessa "ciência" eurocentrista. Aliás a idéia de uma ciência histórica pura e universal está ultrapassada, até mesmo nos círculos científicos responsáveis europeus ou norte-americanos. O conhecimento que os negros necessitam é aquele capaz de ajudá-los a formular teoricamente — de forma sistemática e consistente — sua experiência de cinco séculos de opressão, resistência e luta criativa. Haverá erros e equívocos inevitáveis em busca de sistematização dos nossos valores, em nosso esforço de autodefinição e autogoverno rumo aos caminhos do futuro. Não importa. Durante séculos temos carregado o peso dos crimes e dos erros do eurocentrismo "científico", os seus dogmas impostos sobre nós como marcas ígneas da verdade definitiva. Agora devolvemos ao obstinado segmento "branco" da sociedade brasileira as suas mentiras, a sua ideologia de supremacismo europeu, a lavagem cerebral com que pretendia roubar a nossa humanidade, a nossa identidade, a nossa dignidade, liberdade e auto-estima. Proclamando a falência da colonização mental eurocentrista, celebramos o advento da libertação quilombista.

Nós, os negros brasileiros, temos como projeto coletivo e ereção de uma sociedade fundada na justiça, na igualdade e no respeito a todos os seres hu-

manos; uma sociedade fundada na liberdade, cuja natureza intrínseca torne impossível a exploração e o racismo. Uma democracia autêntica, erigida pelos destituídos e deserdados deste país. Não nos interessa a restauração de formas caducas de instituições políticas, sociais e econômicas; isto serviria unicamente para procrastinar o advento de nossa emancipação total que exige a transformação radical das estruturas vigentes. Não nos interessa a proposta de uma adaptação aos moldes da sociedade capitalista e de classes. Confiamos na idoneidade mental do povo negro, e acreditamos na reinvenção de nós mesmos e de nossa história. Reinvenção de um caminho afro-brasileiro de vida fundado em sua experiência histórica, na utilização do conhecimento crítico e inventivo de nossas próprias instituições sócio-econômicas, golpeadas pelo colonialismo e o racismo. Enfim, reconstruir no presente uma sociedade dirigida ao futuro, mas levando em conta aquilo que ainda for útil e positivo no acervo do nosso passado.

Um instrumento conceitual operativo se coloca, pois, na pauta das necessidades imediatas da gente negra brasileira. Ele não deve e não pode ser o fruto de uma maquinação cerebral arbitrária, falsa e abstrata. Nem tampouco pode ser um elenco de princípios importados, elaborados a partir de contextos e de realidades diferentes. A cristalização dos nossos conceitos, definições e princípios deve exprimir a vivência de cultura da coletividade negra. Só assim estaremos incorporando nossa integridade de ser total, em nosso tempo histórico, enriquecendo e aumentando nossa capacidade de luta.

Onde poderemos encontrar essa vivência de cultura coletiva? Nos quilombos. Quilombo não significa escravo fugido conforme nos ensinam as definições convencionais. Significa reunião fraterna e livre; encontro em solidariedade, convivência, comunhão existencial. A sociedade quilombola ou quilombista representa uma etapa avançada no progresso humano e sócio-político em termos de igualitarismo econômico. Os precedentes históricos conhecidos confirmam esta afirmação. Como sistema econômico, o quilombismo tem sido a adequação, ao meio brasileiro, do comunitarismo e/ou ujamaísmo da tradição africana. Em tal sistema, as relações de produção diferem basicamente daquelas prevalentes na economia espoliativa de degradação social do trabalho, fundada na razão do lucro a qualquer custo, principalmente no lucro obtido com o suor e o sangue do africano escravizado. O quilombismo articula os diversos níveis da vida comunitária e na dialética interação social propõe e assegura a realização completa do ser humano. Nessa dinâmica, todos os fatores e elementos básicos da economia são de propriedade e uso coletivo. Disso resulta que o trabalho não se define como uma forma de castigo, opressão ou exploração; ele é primariamente uma forma de libertação humana a qual todo o cidadão desfruta como um direito e uma obrigação social.

Os quilombolas dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX nos legaram um patrimônio de prática quilombista. Cumpre aos negros contemporâneos manter e ampliar essa cultura afro-brasileira de resistência e de afirmação da nossa verdade. Um método de análise social, compreensão e definição de uma experiência concreta, o quilombismo expressa uma teoria científica inextricavelmente fundida à nossa prática histórica.

Condenada a sobreviver cercada e permeada pela hostilidade oculta ou mascarada das classes dominantes, a sociedade afro-brasileira tem existido nes-

ses 500 anos sob o signo de tensão permanente. É esta tensão, a tensão da luta — repressão e resistência — que consubstancia a essência e o processo do quilombismo.

Assegurar a completa condição humana das massas afro-brasileiras é o fundamento ético do quilombismo. O quilombismo tem seu ponto focal e seu pivô no ser humano, como ator e sujeito, dentro de uma visão de mundo em que a ciência constitui apenas uma entre outras vias de conhecimento.

A B C do quilombismo

Na trajetória histórica que esquematizamos nestas páginas, o quilombismo tem nos fornecido várias lições. Tentaremos resumí-las num A B C fundamental que nos ensina que:

- a) *Afro-Brasileiro* é o termo que devemos adotar para evitar a exploração das diferenças de cor, feitas com o intuito de dividir a população negra em categorias como "mulato", "cafuso", "moreno", "escurinho" e assim por diante. Esses eufemismos, sempre valorizando o que está mais próximo do ideal racista da beleza, isto é, o modelo louro europeu, só servem para confundir nossa comunidade, que precisa de unidade para enfrentar o racismo que discrimina tanto o mulato quanto o mais retinto.

Autoritarismo de quase 500 anos já basta. Não podemos, não devemos, e não queremos tolerá-lo por mais tempo. Uma das práticas básicas desse autoritarismo é o desrespeito brutal da polícia às famílias negras. Toda sorte de arbitrariedade policial aciona as batidas que a polícia faz rotineiramente para manter aterrorizada e desmoralizada a comunidade afro-brasileira. Assim fica confirmada para os próprios negros, sua condição de impotência: são incapazes até mesmo de defender suas famílias e os membros de sua comunidade. Trata-se de manter os afro-brasileiros num estado de permanente frustração e humilhação.

- b) *Banto* denomina-se um povo ao qual pertenceram os primeiros africanos escravizados que vieram para o Brasil, procedentes de países que hoje se chamam Angola, Congo, Zaire, Moçambique, e outros. Foram os bantos os primeiros quilombolas a confrontar em terras brasileiras o poder militar do branco escravizador.

- c) *Comunalismo africano*, a exemplo do Ujamaa exposto pelo grande líder Julius Nyerere, da Tanzânia, é um elemento inspirador do quilombismo. Não devemos aceitar certas definições "científicas" do comunalismo africano e o Ujamaísmo como formas arcaicas e obsoletas de organização sócio-econômica. Refletindo a arrogância eurocentrista, essa posição implicitamente nega às instituições nascidas da realidade histórica africana sua capacidade intrínseca de desenvolvimento autônomo relativo, de progresso e atualização. Assim essa teoria endossa o pressuposto de que a ocupação colonial da África determinasse o desaparecimento

dos valores e instituições africanas, marcando o ponto de partida do seu "desenvolvimento", isto é, de sua ocidentalização. Na perspectiva da arrogância mencionada, as formas de vida africanas são vistas como não-dinâmicas, quietistas e imobilizadas diante da história. Tal visão petrificada da África e suas culturas não passa de uma ficção. O quilombismo se propõe a resgatar o sentido de organização sócio-econômica concebido para servir e enriquecer a existência humana, organização que existiu na África e veio para o Brasil com os africanos escravizados. A sociedade brasileira contemporânea pode se beneficiar com o modelo quilombista, uma alternativa nacional que se oferece em substituição ao desumano sistema do capitalismo selvagem.

Cuidar em organizar nossa luta por nós mesmos é um imperativo de nossa sobrevivência como um povo. Devemos, por isso, ser muito criteriosos ao fazer alianças com outras forças políticas. Toda aliança deve obedecer a um propósito tático ou estratégico, e o negro precisa ter poder de decisão, a fim de não permitir que nosso povo seja manipulado por interesses estranhos à sua causa própria.

- d) *Devemos* ampliar sempre nossa frente de luta, tendo em vista, primeiro, o objetivo de longo alcance, da transformação radical das estruturas sócio-econômicas e culturais da sociedade brasileira; segundo, os alvos táticos imediatos. Nesta categoria se inclui em ampla campanha de registro do analfabeto para votar, e a anistia aos prisioneiros políticos negros. Desde a proclamação da República, em 1889, se tem negado o direito de voto ao analfabeto como meio de excluir o negro do processo político do país. Agora que finalmente estabeleceu-se esse direito, precisamos organizar nossa gente para votar. Os prisioneiros políticos negros são maliciosamente fichados pela polícia como desocupados, vadios, malandros, marginais, e seus lares freqüentemente invadidos. Uma vez fichados na polícia, esses cidadãos afro-brasileiros ficam à mercê de toda e qualquer arbitrariedade policial.
- e) *Ewe* ou *Gége*, povo africano de Gana, Togo e Daomei (Benin), de onde vieram milhões de africanos escravizados para o Brasil. Os Ewes são parte do nosso povo e de nossa herança afro-brasileira.
- f) *Formar* os quadros do quilombismo é fundamental, isto significando a mobilização e a organização do povo negro.
- g) *Garantir* à nossa gente o seu lugar na hierarquia de poder e decisão, mantendo sua integridade étno-cultural, é a motivação básica do quilombismo.
- h) *Humilhados* que fomos e somos todos nós, negro-africanos, com todos eles devemos manter íntimo contato e relação. Assim também com as organizações africanas independentes, tanto da diáspora quanto do continente, desenvolvendo instrumentos de aliança e solidariedade. Ao mes-

mo tempo, desenvolver relações estreitas com a ONU e seus órgãos engajados no combate ao racismo.

- i) *Infalível* como um fenômeno da natureza será a perseguição do poder branco ao quilombismo. Está na lógica inflexível do racismo brasileiro jamais permitir a existência de qualquer movimento político-libertário dos negros, a força popular majoritária.
- j) *Jamais* as organizações políticas afro-brasileiras devem permitir o acesso a brancos ou negros não quilombistas a posições de poder e com autoridade para obstruir a ação ou influenciar os posicionamentos teóricos e práticos em face da luta.
- k) *Kimbundo*, língua do povo banto, chegou ao Brasil com os escravos de Angola, Congo e Zaire, principalmente. Essa língua exerceu notável influência sobre o português falado no país.
- l) *Livrar* o Brasil dessa industrialização artificial, tipo "milagre econômico", está nas metas do quilombismo. Nesse esquema o negro é explorado ao mesmo tempo pelo capitalista e pela classe trabalhadora "qualificada". O negro como trabalhador "desqualificado" é duplamente vítima: da raça (branca) e da classe (trabalhadora "qualificada" e burguesia de qualquer raça). O quilombismo propõe para o Brasil um conhecimento científico e técnico que possibilite uma genuína industrialização dinamizando um novo avanço da autonomia nacional. O quilombismo condena a entrega da nossa reserva mineral e da nossa economia às corporações monopolistas internacionais; porém, tampouco defende os interesses de uma elite nacional. O negro-africano foi o primeiro e o principal artífice da formação econômica do país: a riqueza nacional pertence a ele e a todo o povo brasileiro que a produz.
- m) *Miscigenação* é uma balela da "democracia racial", a maior mentira nacional do Brasil. A miscigenação, e a política imigratória proibindo a radicação de africanos no Brasil, foram promovidas como meio de *embranquecer* o povo brasileiro, eliminando dele o elemento negro (inferior) para atender ao critério racista de "preservar" a ascendência européia, tida como superior. A miscigenação nunca se deu massivamente à base do intercasamento, e sim da exploração sexual da mulher negra. O intercasamento foi promovido na medida em que existe socialmente como fruto de uma compulsão social racista de "melhorar a raça", isto é, torná-la mais branca, numa nítida expressão de cultura racista. A miscigenação, ou mistura de raças, quando ocorre espontaneamente e não como imposição social de valores racistas, é dos mais louváveis fenômenos humanos.
(Aviso aos intrigantes, aos maliciosos, aos apressados de julgamento: o vocábulo *raça*, no sentido aqui empregado, define-se em termos de história e cultura, e não em pureza biológica, que nunca existiu).
- n) *Nada* de mais confusões: se no Brasil efetivamente houvesse igualdade de tratamento, de oportunidades concretas, de respeito, de poder políti-

co e econômico; se o encontro entre pessoas e raças diferentes ocorresse espontâneo e livre da pressão do *status* sócio-econômico do branco; se não houvesse outros condicionamentos repressivos, embora sutis, de caráter moral, estético, religioso, etc., então, sim, a miscegenação seria um acontecimento positivo, capaz de enriquecer a sociedade brasileira, a cultura e a humanidade.

- o) *Obstar* o ensinamento e a prática genocidas do supremacismo branco é o fator substantivo do quilombismo.
- p) *Poder quilombista* quer dizer: a raça negra no poder. Os descendentes africanos somam a maioria de nossa população. Portanto, o poder negro será um poder essencialmente democrático. (Reitero mais uma vez a advertência aos intrigantes aos maliciosos, aos ignorantes, aos racistas: neste texto a palavra *raça* tem uma acepção histórico-cultural. Raça biologicamente pura não existe e nunca existiu).
- q) *Quebrar* a eficácia de certos *slogans* que atravessam a história de nossa luta contra o racismo é um dever do quilombista. Entre esses *slogans* está aquele dizendo que a única luta legítima é a de todo o proletariado, de todo o povo ou de todos os oprimidos. Os privilégios raciais vêm sendo conferidos ao branco em detrimento do negro desde o mundo antigo. A luta "única" ou "unida" que pregam não consegue ocultar o desprezo que nos votam, não respeitando nossa identidade nem a especificidade da nossa luta e da opressão que nos atinge.
- r) *Raça*: acreditamos que todos os seres humanos pertencem à mesma espécie. Para o quilombismo, raça significa um grupo humano que possui em comum, não somente algumas características somáticas, mas sobretudo um complexo de fatores históricos, culturais e ambientais. Tanto a aparência física, como os traços psicológicos, de personalidade, de caráter e emotividade, sofrem a influência da cultura, da sociedade, da genética, do meio geográfico e da história, que se somam e se completam. O cruzamento de grupos raciais diferentes e/ou de pessoas de identidade racial diversas, está na linha dos mais legítimos e nobres interesses de sobrevivência da espécie humana.

Racismo: é a crença na inerente superioridade de uma raça sobre a outra. Tal superioridade é concebida em termos biológicos e na dimensão psico-sócio-cultural. Este é um aspecto normalmente negligenciado ou omitido nas definições tradicionais do racismo, que focalizam a cor epidérmica. A elaboração teórico-científica produzida pela cultura européia justificando a escravização, desumanização e inferiorização dos povos africanos, constitui um nível de racismo depravado e cruel jamais conhecido na história dos seres humanos.

O racismo é a primeira contradição que o negro enfrenta na moderna sociedade industrial multi-étnica. A esta contradição se juntam outras, como a de classes e de sexo.

- s) *Swahili* é uma língua de origem banto, influenciada por outros idiomas, especialmente o árabe. Atualmente é falada por mais de 20 milhões de africanos da Tanzânia, do Quênia, de Uganda, do Burundi, do Zaire, etc. O swahili tem sido escolhido em várias reuniões internacionais de professores e escritores como a língua franca internacional africana, meio de transcender as barreiras coloniais criadas pelo uso do francês, do inglês, do português, do espanhol, entre os povos africanos. Os afro-brasileiros necessitam aprender o swahili com urgência.
- t) *Todo* negro ou mulato (afro-brasileiro) que aceita a "democracia racial" como uma realidade, e considera positiva a miscigenação *na forma vigente*, isto é, uma compulsão social branqueadora ditada pela sociedade dominante, está traindo a si mesmo e se considerando inferior.
- u) *Unanimidade* é algo impossível na dinâmica social e política. Por isso não devemos perder tempo e energia com as críticas vindas de fora do movimento quilombista. A dialética do nosso progresso aconselha que desenvolvamos uma construtiva autocrítica para ampliar nossa consciência quilombista rumo ao objetivo final: a ascensão do povo afro-brasileiro ao poder.
- v) *Vadiagem*, contravenção segundo nosso Código Penal. Desde o século passado, essa configuração visa impor um estado de terror permanente sobre as famílias negras. Sem emprego, e muitas vezes sem moradia, o negro está automaticamente sujeito a ser enquadrado, mesmo sem cometer nenhum ato criminoso. A polícia invade os lares e violenta as comunidades negras impunemente, amparada nesse dispositivo legal. É uma prioridade do quilombismo revogá-lo imediatamente.
- Voto ao analfabeto*, negado durante toda a nossa história, agora constitui uma conquista do povo brasileiro. Organizar nossa gente para exercer este direito e votar constitui uma tarefa urgente do quilombismo.
- x) *Xingar* não basta. Precisamos é mobilizar a gente negra, mantendo a luta antiga energeticamente, sem descanso e sem pausa, contra as destituições, a humilhação, e a pobreza. Até que ponto vamos continuar assistindo impotentes à nossa própria exterminação pela fome, moléstia, assassinio policial, e miséria dos nossos irmãos e irmãs afro-brasileiros, principalmente das crianças negras deste país?
- y) *Yoruba* (nagô) somos também em nossa africanidade brasileira. Os yorubas são parte fundamental do nosso povo, da nossa cultura, da religião afro-brasileira, de nossa luta e de nosso futuro.
- z) *Zumbi*: o fundador do quilombismo e zênite desta hora histórica, zênite deste povo afro-brasileiro.

Alguns princípios e propósitos do quilombismo

1. O quilombismo é um movimento político dos negros brasileiros, visando a implantação de um Estado Nacional Quilombista, inspirado no mo-

delo da República dos Palmares, no século XVI, e em outros quilombos que existiram e existem. Dessa forma, o quilombismo representa uma proposta de organização política e social inspirado na experiência histórica afro-brasileira. Não se trata, conforme o entendimento equivocado de algumas pessoas, de um separatismo do negro brasileiro. Apenas advoga-se o poder político realmente democrático, que implica a presença da maioria afro-brasileira em todos os níveis desse poder.

2. O Estado Nacional Quilombista tem sua base numa sociedade livre, justa e soberana. O igualitarismo democrático quilombista é compreendido no tocante a raça, economia, sexo, sociedade, religião, política, justiça, educação, cultura, enfim, em todas as expressões da vida em sociedade. O mesmo igualitarismo se aplica a todos os níveis de poder e de instituições pública e privadas.

3. A finalidade básica do Estado Nacional Quilombista é a de promover a felicidade do ser humano. O quilombismo acredita numa economia de base comunitária-cooperativista nos setores de produção, distribuição e divisão da riqueza nacional.

4. O quilombismo considera a terra uma propriedade nacional de uso coletivo. As fábricas e outras instalações industriais, os bens e instrumentos de produção, da mesma forma que a terra, são de propriedade e uso coletivo da sociedade. Os trabalhadores rurais ou camponeses trabalham a terra e são os dirigentes das instituições agropecuárias. Os operários de modo geral são os únicos responsáveis pela orientação e gerência de suas respectivas unidades de produção.

5. No quilombismo o trabalho é um direito e uma obrigação social, e os trabalhadores, que criam a riqueza agrícola e industrial da sociedade, são os únicos donos do produto do seu trabalho.

6. A criança negra tem sido a vítima predileta e indefesa da miséria material e moral imposta à comunidade afro-brasileira. Por isso, ela constitui a preocupação urgente e prioritária do quilombismo. Cuidado pré-natal, amparo à maternidade, creches, alimentação adequada, moradia higiênica e humana, são alguns dos itens relacionados à criança negra dentro do programa de ação do movimento quilombista.

7. A educação e o ensino em todos os graus — elementar, médio e superior — serão completamente gratuitos e abertos, sem distinção a todos os membros da sociedade quilombista. A história da África, suas culturas, civilizações, sistemas político-econômicos, e artes terão um lugar eminente nos currículos escolares. Criar uma universidade afro-brasileira é uma necessidade à realização do programa quilombista.

8. Visando o quilombismo a fundação de uma sociedade criativa, ele procurará estimular todas as potencialidades do ser humano à sua plena rea-

lização. Combater o embrutecimento e a apatia forçada, impostos pela miséria, pela mecanização da existência e pela burocratização das relações humanas e sociais, é um ponto fundamental da política quilombista. As artes em geral ocuparão um espaço básico no sistema educativo e no contexto de atividades sociais da coletividade quilombola.

9. No quilombismo não haverá religiões cultas e religiões populares, isto é, as religiões da elites endossadas como verdadeiras, e as religiões do povo, desprezadas e ridicularizadas. Da mesma forma, não existirá "cultura erudita" e "cultura popular", uma elevada e outra folclorizada e menosprezada. Todas as religiões merecem as mesmas garantias de culto, e toda manifestação cultural merece igual respeito e tratamento pelas autoridades públicas.

10. O Estado quilombista proíbe a existência de um aparato burocrático estatal que perturbe ou interfira com a mobilidade vertical das massas em sua relação e comunicação direta com os dirigentes. Nessa relação dialética dos membros da sociedade com as suas instituições, repousa o sentido progressista e dinâmico do quilombismo.

11. A proposta quilombista é fundamental anti-racista, anti-capitalista, anti-latifundiária e anti-neo-colonialista.

12. Em todos os órgãos de poder do estado quilombista — legislativo, executivo e judiciário — a metade dos cargos eletivos, de confiança ou nomeados, deverão ser ocupados por mulheres, como norma constitucional. O mesmo se aplica a todo e qualquer setor ou instituição privada ou de serviço público.

13. O quilombismo considera a transformação das relações de produção, e da sociedade de modo geral, por meios não violentos e democráticos, uma via possível.

14. É matéria urgente para o quilombismo a organização de uma instituição econômico-financeira em moldes cooperativos, capaz de assegurar a manutenção e a expansão da luta quilombista a salvo das interferências controladoras do paternalismo ou das pressões do poder econômico.

15. Basicamente o quilombismo é um defensor da existência humana, e como tal ele se coloca contra a poluição ecológica e favorece todas formas de melhoramento ambiental que possam assegurar uma vida saudável para as crianças, os adultos, os animais, as criaturas do mar, as plantas, as selvas, as pedras e todas as manifestações da natureza.

16. O Brasil é signatário da "Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial", adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 1965. No sentido de cooperar para a concretização de objetivos tão elevados e generosos, e tendo em vista o artigo 9, parágrafos 1 e 2 da referida Convenção, o quilombismo contribuirá para a pes-

quisa e a elaboração de um relatório bianual, abrangendo todos os fatos relativos à discriminação racial ocorridos no país, a fim de auxiliar o trabalho do Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial, órgão das Nações Unidas.

Semana da Memória Afro-Brasileira

Em 1980, ao formular a proposta política do quilombismo, e no intuito de atender à urgente necessidade do negro recuperar sua memória histórica, sugeri à comunidade negra a instituição de uma Semana da Memória Afro-Brasileira. Nela, seriam focalizados os fatos históricos que tiveram como protagonistas os 300 milhões de africanos retirados, sob violência hedionda, de suas terras, e trazidos acorrentados para o continente das Américas. Por intermédio dessas celebrações anuais, a comunidade negra não só honraria os seus antepassados, como reforçaria a sua própria coesão e identidade, transmitindo às novas gerações um exemplo de amor à nossa história e uma percepção mais clara do papel fundamental desempenhado pelos escravos africanos na construção do nosso país. A Semana da Memória Afro-Brasileira infundiria aos jovens um merecido auto-respeito coletivo, substituindo o sentimento de vergonha e frustrações que a sociedade dominante instala na consciência dos negros como única herança deixada por seus ancestrais.

Segundo a proposta feita em 1980, a Semana deve aliar aos aspectos celebrativos o exercício de uma constante pesquisa, crítica e reflexão sobre o passado e o presente da população de origem africana no Brasil. Isto contribuirá para ampliar e fortalecer o quilombismo em sua filosofia, teoria e prática. A Semana implica também um estímulo tanto às organizações negras recreativas ou beneficentes, quanto às de caráter cultural, social ou político, iguais no interesse básico de melhorar o destino da família afro-brasileira. Todas elas se inserem na perspectiva quilombista que estamos sistematizando.

Essa Semana deve ser um exercício de emancipação, nunca uma comemoração convencional, estática e retórica, propondo unicamente a evocação de fatos, datas, nomes, e coisas do passado. Estudar os feitos dos antepassados deverá estimular a imaginação e a ação transformadoras do presente, ao contrário da contemplação saudosista do pretérito, insinuando ou cultivando a autoflagelação coletiva.

Resgatar a nossa memória significa resgatarmos a nós mesmos das armadilhas da negação e do esquecimento; significa estarmos reafirmando a nossa presença ativa na história pan-africana e na realidade universal dos seres humanos.

A Semana deve ser promovida, ainda segundo a proposta original, por organizações negras. Entretanto, ela poderá também ser realizada por escolas públicas ou privadas com interesse no progresso cívico da comunidade afro-brasileira. Neste caso, levando-se em conta que de modo geral as escolas não são dirigidas por negros, os afro-brasileiros presentes devem estar bem alertas para impedir que os fatos históricos e os sucessos da vida negra sejam manipulados ou distorcidos, seja por malícia, ignorância ou negligência. Onde não existir organização afro-brasileira ou escola interessada na Semana, as famílias negras deverão preencher a função de seus realizadores.

A proposta original, publicada no livro *O Quilombismo* (1980), especifica para a realização da Semana um calendário começando no dia 14 de no-

vembro e culminando no dia 20, Dia Nacional da Consciência Negra. Hoje tenho a grande satisfação de constatar que, em quase todo o país, existem programações da mesma natureza dessa Semana, em torno exatamente do dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra. Considero esse fato uma vitória da luta quilombista desenvolvida pela coletividade afro-brasileira durante as últimas décadas. A sociedade dominante não pode mais ignorar a importância desse dia, ao redor do qual a comunidade negra está se esforçando para pôr em prática uma celebração de sua experiência no passado e de sua movimentação no presente. Essas comemorações em muitos casos são realizadas com o apoio de Secretarias estaduais ou municipais de cultura e/ou de educação, dentro do contexto democrático da chamada Nova República, fato que ilustra o êxito que o movimento negro alcançou na imposição do Dia Nacional da Consciência Negra como fato cultural nacional. Um exemplo é o Projeto Zumbi dos Palmares, da Secretaria de Educação e Cultura do município do Rio de Janeiro, engajado no desenvolvimento de um trabalho pioneiro dentro dos propósitos dessa Semana da Memória. Na Serra da Barriga, no dia 20 de novembro deste ano, celebraremos mais uma vez o Dia Nacional da Consciência Negra, no próprio local de sua origem histórica, com a feliz dimensão adicional de seu histórico tombamento como patrimônio nacional do Brasil. Axé Zumbi!

Bibliografia

- Candeia & Isnard (1978) *Escola de Samba — Árvore que esqueceu a raiz*. Rio de Janeiro: Editora Lidador/SEEC-RJ.
- Candeia (1978a) "90 Anos de Abolição". Rio de Janeiro: GRAN Escola de Samba Quilombo.
- Diop, Cheikh Anta (1963) *The Cultural Unity of Black Africa*, translation by Présence Africaine. Republished by Third World Press. Chicago, 1978.
- Diop, Cheikh Anta (1974) *The African Origin of Civilization: Myth or Reality*, translated by Mercer Cook. Westport: Lawrence Hill.
- Gomara, Lopes de (1554) *Historia de Mexico*. Anvers (in Sertima 1976).
- Jairazbhoy, R. A. (1974) *Ancient Egyptians and Chinese in America*. Ottawa: Rowman and Littlefield.
- Lucas, J. Olumide (1978) *The Religion of the Yorubas*. Lagos: C.M.S. Bookshop.
- Moura, Clovis (1977) *O Negro: de Bom Escravo a Mau Cidadão?* Rio de Janeiro: Editora Conquista.
- Nascimento, Beatriz (1979) "O Quilombo do Jabaquara", *Revista de Cultura Vozes*. Petrópolis: Ano 73, abril, n.º 3.
- Nascimento, Elisa Larkin (1981) *Pan-Africanismo na América do Sul: Emergência de uma Rebelião Negra*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Orozco y Berra, M. (1880) *História antiga y de la Conquista de México*. (in Sertima 1976).
- Price, Richard, org. (1973) *Maroon Societies: Rebel Slave Communities in the Americas*. Garden City: Anchor Books.
- Quartim, João (1971) *Dictatorship and Armed Struggle in Brazil*, translated by David Fernbach. New York: Monthly Review Press.
- Sertima, Ivan Van (1976) *They Came Before Columbus: the African Presence in America*. New York: Random House.
- Weiner, Leo (1922) *Africa and the Discovery of America*. Chicago: Innes & Sons.
- Wuthenau, Alexander von (1975) *Unexpected Faces in Ancient America*. New York: Crown Publishers.

O CONCEITO DE QUILOMBO E A RESISTÊNCIA CULTURAL NEGRA

Beatriz Nascimento*

Objetivos:

- 1) Caracterizar o quilombo como instituição africana, de origem angolana, na história da pré-diáspora.
- 2) Indicar as conotações que tal instituição recebe no período colonial e Imperial no Brasil.
- 3) Caracterizar a instituição quilombo na passagem para princípios ideológicos como forma de resistência cultural.
- 4) Historicizar a ideologia junto às etapas do movimento de conscientização do negro e da sociedade brasileira no século XX.

Introdução:

A visão que o mundo ocidental procurou transmitir da África foi a de um continente isolado e bizarro, cuja História foi despertada com a chegada dos europeus. Da mesma forma que se deu com o território de origem do povo negro, a História deste só o é se tiver sido marcada por acontecimentos significantes da História da civilização ocidental. O risco maior de tal procedimento de historiadores desta parte do mundo repousa na ruptura da identidade dos negros e seus descendentes, tanto em relação ao seu passado africano quanto à sua trajetória na própria história dos países em que foram alocados após o tráfico negreiro.

Numerosas foram as formas de resistência que o negro manteve ou incorporou na luta árdua pela manutenção da sua identidade pessoal e histórica. No Brasil, poderemos citar uma lista destes movimentos que no âmbito "doméstico" ou social tornam-se mais fascinantes quanto mais se apresenta a variedade de manifestações: de caráter lingüístico, religioso, artístico, social, político, e de hábitos, gestos, etc. Não nos cabe aqui, porém, discorrer sobre estes movimentos. Um movimento de âmbito social e político é o objetivo do nosso estudo. Trata-se do Quilombo (quilombo), que representou na história do nosso povo um marco na sua capacidade de resistência e organização. Todas estas formas de resistência podem ser compreendidas como a história do negro no Brasil.

O Quilombo como instituição africana

Dois incentivos iniciais fizeram com que os portugueses, ao contrário dos demais europeus, se internassem no continente africano e procurassem conquistar uma colônia em Angola. O primeiro seria repetir o caso brasileiro, ou seja, adquirir terras próprias para se fixar como naquela colônia americana. O segundo objetivava encontrar minério precioso em Angola, objetivo logo frustrado.

* Beatriz Nascimento é historiadora, professora da UFRJ e militante do movimento negro.